

RELATÓRIO E CONTAS
DA DIRECÇÃO



SOCIEDADE PORTUGUESA DE AUTORES

PARECER DO CONSELHO
FISCAL 2016

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

CONVOCATÓRIA

Nos termos dos artigos 35º, n.º 2 e 37º n.º 2 dos Estatutos, convoco para o próximo dia 30 de Março de 2017, pelas 17 horas, no edifício da Rua Gonçalves Crespo, 62, em Lisboa, a Assembleia Geral Ordinária dos Cooperadores da Sociedade Portuguesa de Autores, com a seguinte ordem de trabalhos:

Período de antes da Ordem do Dia:

- 1- Informações da Direcção
- 2- Intervenções de Cooperadores.

Período da Ordem do Dia:

Apreciação e votação do Relatório e Contas da Direcção, bem como do Parecer do Conselho Fiscal relativo ao exercício de 2016.

Não havendo, à hora marcada, número de Cooperadores que perfaçam o quorum estabelecido no artº 38º dos Estatutos, a Assembleia reunirá uma hora depois, no mesmo local, com qualquer número de Cooperadores.

De acordo com as disposições legais aplicáveis, os documentos relativos à ordem de trabalhos da assembleia podem ser consultados pelos Cooperadores na sede social - Serviço de Atendimento - e na delegação do Porto, dentro das horas normais de expediente, a partir da data da convocatória. Estes documentos podem, também, ser consultados, via Internet, no site da SPA www.spautores.pt.

O direito de voto pode exercer-se, de acordo com o artigo 41º dos estatutos:

- pessoalmente
- por representação
- por correspondência

No caso de voto por representação, este pode ser delegado em qualquer outro Cooperador, nos termos do mandato anexo. No caso de voto por correspondência, a carta, dirigida ao Presidente da Assembleia, no envelope RSF, deve indicar expressamente o sentido de voto quanto ao ponto da Ordem de Trabalhos.

Lisboa, 14 de Março de 2017

O Presidente da Assembleia Geral



Rui Vieira Nery

SPA UNIDA, DINÂMICA E SOLIDÁRIA
FEZ DE 2016 UM ANO DE BOAS CONTAS E DE BOAS OBRAS

O ano de 2016 reflectiu a complexidade da situação económica, social e política resultante dos anos anteriores que foram de austeridade, privação e de falta de orientações seguras quanto ao que o futuro poderia e deveria ser.

Não obstante essas dificuldades, a SPA, graças ao empenho e dedicação dos seus departamentos e do colectivo dos seus trabalhadores, conseguiu encontrar as respostas adequadas, conseguiu aumentar significativamente a capacidade de cobrança e também conter e reduzir as despesas de forma a estabilizar a situação financeira da cooperativa.

O ano de 2016 foi muito positivamente marcado pelos avanços em relação à lusofonia e à afirmação internacional da importância e capacidade de expansão e promoção do diálogo por parte da língua portuguesa. Mas foi também um ano em que se concretizou uma forma activa de cooperação com a universidade, com expressão na realização de uma Pós-Graduação promovida pelo ISCSP - Universidade de Lisboa, que contou com a participação, entre outros, de dirigentes de sociedades de autores da lusofonia, designadamente de Cabo Verde, Angola e Moçambique. Deste modo, a SPA tornou-se ainda mais dinâmica e solidária, mostrando ser capaz de fortalecer um modelo de cooperação inovador e estimulante para sociedades de vários países e continentes.

1

P. de Loup

EXECUÇÃO PÚBLICA/DELEGAÇÕES: GANHAR NO TERRENO OS COMBATES DE FUNDO

Uma vez mais, o Departamento de Execução Pública/Delegações demonstrou e confirmou que é no terreno, no dia a dia, que se ganham os grandes combates de que dependem o progresso e a estabilidade da cooperativa dos autores portugueses.

Para além do seu trabalho regular de cobrança, este departamento promoveu um conjunto de “workshops” em várias capitais de distrito com a participação de directores de departamento e de representantes da administração. Desta forma, foi possível fazer chegar a novas camadas de público, designadamente estudantes, comerciantes e animadores culturais a voz e o aconselhamento da SPA no sentido de garantir que a falta de informação nunca legitima a adopção de medidas erradas ou apenas a omissão delas.

Este departamento constituiu o polo dinamizador desta dinâmica, fazendo circular pelo país com empenho, vitalidade e equilíbrio as posições justas que mostram a SPA não como uma estrutura repressiva, mas como um espaço dinâmico de informação e diálogo capaz de abrir portas e de lançar as bases de uma permuta permanente de opiniões, de ideias e de acções inovadoras.

ESPAÇO MEDIÁTICO: UMA PRESENÇA QUE PRESTIGIA E MOBILIZA A SPA

Em 2016 a SPA realizou a sua gala televisiva no palco do Teatro Nacional D. Maria II, ali entregando os prémios para todas as disciplinas que consagram e celebram o trabalho de muitos autores e também promovem e prestigiam o nome e a imagem da SPA.



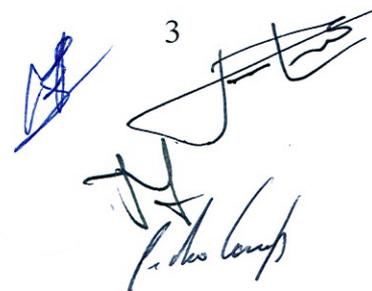
Para além disso, no Dia do Autor Português, procedeu-se à entrega do Prémio de Consagração de Carreira a Manuel Alegre pelo conjunto da sua obra e também à recepção do Presidente Marcelo Rebelo de Sousa, naquele que foi o primeiro e o mais significativo acto de contacto com os autores portugueses no princípio do seu mandato. Para além de se ter dirigido aos autores presentes de forma imaginativa, afectuosa e envolvente, Marcelo Rebelo de Sousa anunciou que iria outorgar à SPA o título de Membro Honorário da Ordem da Liberdade, forma de reconhecimento da importância que a liberdade sempre teve para os criadores portugueses de todas as disciplinas e gerações, transformando-se mesmo num conceito associado e mobilizador que nunca deixou de estar ligado ao acto de criar. A distinção foi entregue em Dezembro de 2016.

Por outro lado, a colaboração mantida com a TVI com vista à realização de mais uma série do programa "Autores" permitiu garantir o prolongamento efectivo da nossa presença naquela estação, dando espaço e voz a um grande número de autores portugueses. A publicação da revista "Autores" como encarte trimestral do "Diário de Notícias" foi ou representou a conquista de mais um espaço de comunicação e prestígio que a SPA soube e continuará a aproveitar.

Refira-se ainda a manutenção, ao longo de 2016, da rubrica "Notas de Autores" na TSF, espaço diário em que muitos autores de várias disciplinas regiões e idades dizem o que têm a dizer sobre a sua obra e sobre as obras e contributos de outros criadores que admiram.

Esta presença regular e sólida no espaço mediático tem sido sempre uma janela que se abre para outros públicos e para uma mais alargada compreensão do nosso empenhado papel de esclarecimento e mobilização de vontades para que os direitos

3



Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature and the name "F. dos Santos" written below it.

relacionados com a protecção de obras sejam respeitados e protegidos.

APOIO AOS AUTORES E AOS TRABALHADORES REFORÇA FACETA SOLIDÁRIA DA SPA

Em 2016, para além de atribuir os Prémios Pedro Osório, Igrejas Caeiro e José da Ponte, momentos sempre especiais de reconhecimento e celebração do valor e da obra dos autores portugueses e também de aplauso pela importância da obra daqueles que passaram a ser patronos dos prémios.

Estes prémios, apoiados materialmente pelo Millennium BCP ocupam um lugar de relevo na vida cultural portuguesa, por serem um momento em que a SPA aplaude e consagra e também confirma a importância que têm os valores do fundo cultural para apoiar obras que merecem apoio na produção e na promoção de forma a estarem mais presentes no nosso quotidiano e a enriquecerem e a diversificarem a cultura portuguesa.

Mas 2016 foi também um ano inovador no que diz respeito ao apoio aos trabalhadores, para além da aquisição de manuais escolares para os seus filhos, com a criação de medidas que visam o apoio material ao transporte e também o apoio dado aos filhos com idades compreendidas entre o nascimento e a data em que completam sete anos. O apoio de 100 euros atribuído às crianças com essas idades representou e representa um verdadeiro estímulo à natalidade e ao crescimento das crianças num quadro de maior estabilidade afectiva, emocional e de concretização dos desejos e expectativas de todos os dias.

Desta forma, ao contrário da maioria das empresas, a SPA, em coerência com os valores da solidariedade social que adopta e por



que se bate mostrou que é possível, com base nas cobranças asseguradas por uma boa gestão colectiva do direito de autor, satisfazer os interesses colectivos e ao mesmo tempo demonstrar vigor da solidariedade num tempo de incerteza que tanto inquieta os cidadãos e os leva a procurarem caminhos justos e respostas certas.

A SPA continuará sempre a valorizar a componente solidária por entender que ela constitui um traço essencial da sua identidade e da sua relação com o mundo.

CONSTRUIR O FUTURO DA COOPERATIVA DE MANEIRA JUSTA, EMPENHADA E CRIATIVA

Ao mesmo tempo que dá voz a autores de referência na colecção "O Fio da Memória", mantida em cooperação com a editora Guerra & Paz, a SPA aposta no apoio e desenvolvimento de sectores fundamentais, como é o caso da área da informática, sempre vital para que a cooperativa esteja apta a responder aos desafios do presente e às grandes interrogações que envolvem o futuro.

O ano de 2016 foi um tempo de desenvolvimento e confiança para os trabalhadores e dirigentes da cooperativa e foi também um tempo de procura e consolidação de novas cobranças e de diálogo intenso e produtivo com as forças policiais, com a magistratura e com as estruturas associativas.

Todos sabemos que quanto mais forte e promissor for esse diálogo e essa permuta mais ganharemos todos porque os interesses são comuns e convergentes e porque quanto melhor trabalharmos mais forte se torna o nosso exemplo para as outras sociedades e para as estruturas multinacionais em que estamos integrados.



Deve ser dito que a CISAC, em 2016, deu mais um passo importante no que diz respeito ao relacionamento com a SPA ao reconhecer na assembleia anual do Comité Africano na Namíbia a importância estratégica da língua portuguesa no quadro sempre estimulante das relações entre as sociedades e destas com o mundo e com os autores.

Sabe a SPA que, seja qual for a circunstância política, é preciso, manter uma relação regular e produtiva com as instâncias políticas, desde o governo à Assembleia da República, passando pelo Parlamento Europeu. A todas essas instâncias fizemos chegar a nossa voz e a nossa opinião, certos de assim termos contribuído para criar uma dinâmica de partilha que muito positiva pode e deve ser para todos.

Em 2016 foi importante que a CISAC tenha decidido que a sua assembleia geral anual se realiza em Lisboa em Junho de 2017, momento fundamental para consolidarmos a nossa relação de trabalho e de diálogo com aquela confederação e para mostrarmos a muitas dezenas de sociedades de autores de todo o mundo, o que somos, o que fazemos, o que valemos e a força que têm os nossos projectos de cooperação, capazes de mostrar à comunidade autoral e ao mundo que uma sociedade de gestão colectiva séria e bem organizada nunca perde as batalhas onde se envolve.

Em 2016 foi também o tempo em que, assumida a nossa responsabilidade no quadro da economia social, estreitámos a nossa relação com o movimento cooperativo (em particular com a CASES que o acompanha e fortalece). Solidariamente ligados ao cooperativismo, estamos ligados àqueles que melhor nos representam e mais dignificam o sector económico e social a que pertencemos, tendo a convicção de que nestes combates só perde quem se deixa derrotar.



O nosso caminho para o futuro continuará a ser um caminho aberto, dialogante, solidário e sempre articulado com aqueles que respeitam os autores e sabem que a cultura também gera emprego, riqueza, receita fiscal e coesão nacional.

BREVES NOTAS SOBRE OS RESULTADOS ECONÓMICOS

Seguidamente apresentaremos alguns aspectos que consideramos relevantes para a compreensão das Contas da cooperativa relativas a exercício em apreço e ao seu enquadramento num contexto temporal mais lato.

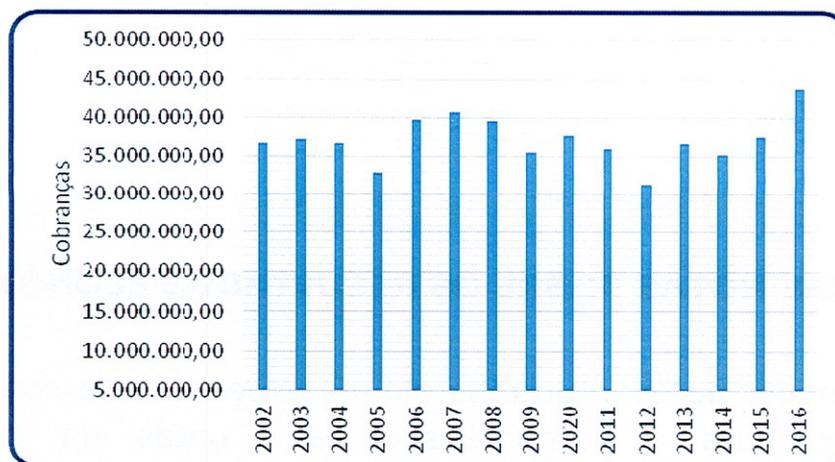
COBRANÇAS

Em 2016 as cobranças ascenderam a 43.7 milhões de Euros, sendo o melhor resultado pelo menos dos últimos quatorze anos, numa tendência que, apesar do contexto fortemente adverso, se pode considerar estabilizada.

De referir que todos os sectores cresceram, destacando-se a Execução Pública que atingiu os 19.683.400€ (aumento de 2.226.338 Euros o que corresponde a 12,8%) e a Cópia Privada que aumentou 2.267.113 Euros face ao ano transacto.



EVOLUÇÃO DA COBRANÇA DE 2002 A 2016



GASTOS

No que diz respeito aos Gastos, em 2016 verificou-se, face a 2015, um aumento de 16,2% (336.564,60 Euros) nos Fornecimentos e Serviços Externos. Este valor justifica-se naturalmente pelo aumento das cobranças, uma vez que este representa maior actividade operacional e, por conseguinte, obriga a maiores dispêndios nessa actividade. De referir que este aumento está relacionado sobretudo com investimento no sistema de informação (software) e também com intervenções de fundo verificadas nos edifícios centrais para assegurar a segurança dos mesmos (isolamento, elevadores, ar condicionado, etc.).

Não obstante, mesmo assim e em resultado de rigorosas medidas de gestão, obteve-se redução de gastos nos seguintes itens:

- Material de escritório: - 13,8%
- Despesas de representação: - 6,4%
- Ferramentas de desgaste rápido: - 29%

Aumentaram as despesas com Comunicações (+4,9%), mas que já tinham sofrido uma redução de 14% em 2015 face a 2014, com Conservação e reparação (+45,4%) ou com Combustíveis (1,9%).

Em relação aos gastos com Pessoal e órgãos sociais, deve referir-se que a cooperativa procedeu à rescisão amigável de contratos com quatro trabalhadores. Mesmo assim, ainda se verifica uma redução de 7,96% face a 2015.

De destacar a redução ocorrida nas seguintes rubricas:

- Subsídio de deslocação: - 21,7%
- Benefícios pós-emprego: - 30,1%
- Saúde: -31,7%
- Seguros Vida: - 3%
- Complementos de reforma: - 18,2%

Como a cooperativa, no âmbito da sua política de apoio social aos trabalhadores, ofereceu os manuais escolares aos filhos dos trabalhadores, esta rubrica teve um gasto de 8.773,68 Euros.

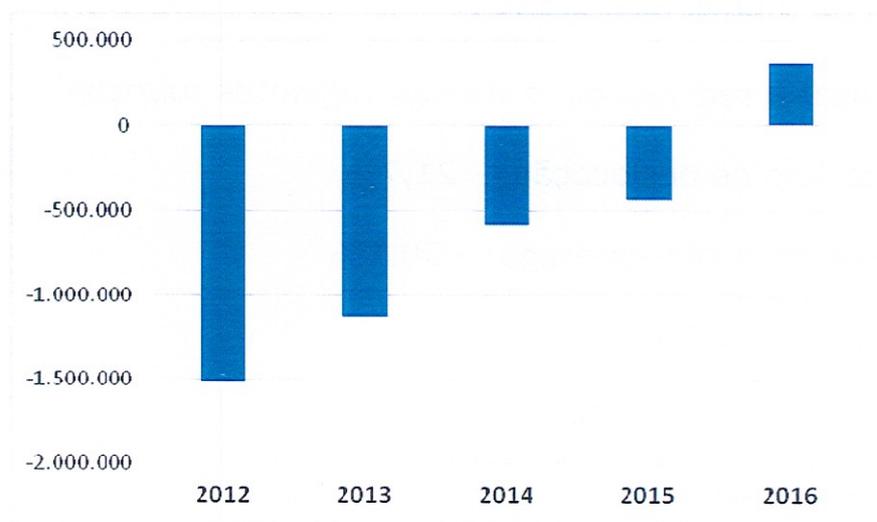
 9

No que diz respeito aos Juros e Rendimentos similares obtidos, apesar de uma adequada gestão de activos, verificou-se uma redução dos proveitos em consequência da queda generalizada das taxas de juro praticadas no mercado.

RESULTADO OPERACIONAL

Em 2016 a cooperativa obteve um resultado operacional positivo (364.934, 71 Euros), o que não ocorria há cinco anos.

EVOLUÇÃO DO RESULTADO OPERACIONAL 2012-2016

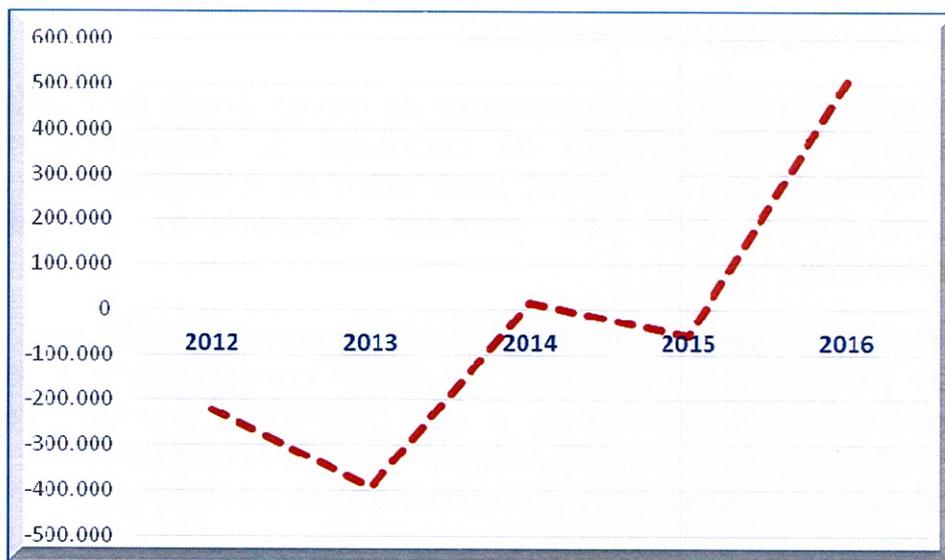


[Handwritten signatures]

RESULTADO LÍQUIDO

Em 2016 a SPA apresenta um resultado líquido positivo de 506.647,97 Euros, o melhor dos últimos cinco anos.

EVOLUÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO 2012-2016



LINHAS DE ORIENTAÇÃO PARA 2017

- *Continuar a adoptar as medidas adequadas para evitar que a crise em curso ensombre o nosso presente e comprometa o nosso futuro;*
- *Assegurar o êxito do projecto de cooperação com países lusófonos, que já está a produzir resultados em Angola, Moçambique, Timor Leste e Cabo Verde, com o apoio da Organização Mundial da Propriedade Intelectual, servindo de referência e exemplo a outras sociedades de autores de vários países;*
- *Reforçar o apoio solidário aos cooperadores, seja nas*

situações de carência impostas pela adversidade de um tempo difícil, seja na subvenção dos seus projectos criativos através do Fundo Cultural resultante da aprovação da Lei da Cópia Privada na Assembleia da República;

- *Continuar a gerir de forma rigorosa os recursos humanos e técnicos da cooperativa de molde a reduzir ainda mais as despesas correntes e a gerar novas receitas, com criatividade e determinação empresarial;*
- *Continuar a busca incessante de novas áreas de cobrança no digital e recuperação da cobrança do reportório nacional multiterritorial no digital, para além de estabilizar as relações contratuais com os grandes operadores privados de televisão;*
- *Manter a aposta numa política de comunicação que mostre ao público, às estruturas do poder constituído e a todos os parceiros, quem somos, o que queremos e o que valemos, evidenciando a transparência dos procedimentos e dando passos pioneiros num domínio sempre complexo;*
- *Reforçar os laços de cooperação e diálogo da SPA com as instâncias da economia social, nomeadamente no sector cooperativo a que nos honramos de pertencer;*
- *Manter e fortalecer a presença da SPA nas mais importantes estruturas internacionais do direito de autor, com destaque para a presidência do Comité de Autores Europeus da CISAC, liderado pelo presidente da SPA até Abril de 2018, para a Direcção do Grupo Europeu de Sociedades de Autores, que integramos há mais de três anos, e para o Comité Executivo do Writers and Directors Worldwide, a que pertencemos há anos;*
- *Continuar a apostar na modernização das estruturas e na formação avançada dos quadros da cooperativa, de forma a fazer da SPA uma empresa cooperativa dinâmica e verdadeiramente competitiva em contexto de crise;*

Handwritten signatures and initials in blue ink at the bottom of the page. There are several distinct signatures, including one that appears to be 'H.H.' and another that is more cursive and difficult to decipher.

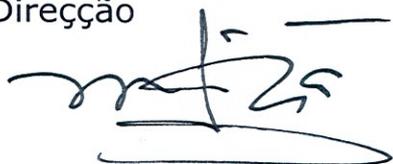
- *Manter uma acção regular, firme e esclarecedora junto das estruturas do poder político para que não continuemos a ser vítimas da indecisão e do medo de legislar;*
- *Apoiar os trabalhadores da cooperativa com medidas de carácter assistencial e formativo que nos permitam mostrar que assumimos de forma exemplar a nossa responsabilidade social.*
- *Incrementar as actividades de sensibilização da sociedade em geral para a temática do Direito de Autor, com particular incidência na população estudantil.*

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

Considerando o disposto no artº 54º dos Estatutos da SPA, a Direcção propõe que seja afecto o valor de 455.983,17 € para a reserva legal e o valor de 50.665€ para resultados transitados.

Lisboa, 10 de Março de 2017

A Direcção



SOCIEDADE PORTUGUESA DE AUTORES, C.R.L.

BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Montantes expressos em Euros)

ACTIVO	Notas	2016	2015 (Reexpresso)
ACTIVO NÃO CORRENTE:			
Activos fixos tangíveis	6	7.508.707,33	7.789.036,11
Propriedades de investimento		598.118,31	622.079,56
Activos intangíveis	7	1.446.822,29	1.425.105,08
Outros activos não correntes	8	20.077,69	1.000.077,69
Total do activo não corrente		<u>9.573.725,62</u>	<u>10.836.298,44</u>
ACTIVO CORRENTE:			
Clientes	9	10.283.306,11	10.913.279,36
Outros créditos a receber	10	1.215.183,81	1.217.615,07
Diferimentos		70.988,13	88.015,10
Caixa e depósitos bancários	4	40.672.926,86	31.882.450,24
Total do activo corrente		<u>52.242.404,91</u>	<u>44.101.359,77</u>
Total do activo		<u>61.816.130,53</u>	<u>54.937.658,21</u>
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO:			
Capital subscrito	12	13.660,73	13.585,54
Reserva legal	12	99.227,74	97.742,74
Reservas estatutárias	12 e 25	425.541,86	325.151,86
Resultados transitados	5 e 12	(13.967.252,59)	(13.980.902,52)
Outros ajustamentos em activos financeiros	12	(591.500,74)	(740.620,74)
Outras variações no capital próprio	12	97.875,00	97.875,00
		<u>(13.922.448,00)</u>	<u>(14.187.168,12)</u>
Resultado líquido do exercício		506.647,97	(59.232,03)
Total do capital próprio		<u>(13.415.800,03)</u>	<u>(14.246.400,15)</u>
PASSIVO:			
PASSIVO NÃO CORRENTE:			
Provisões	13	164.285,23	164.285,23
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	14	1.374.400,62	1.683.543,62
Total do passivo não corrente		<u>1.538.685,85</u>	<u>1.847.828,85</u>
PASSIVO CORRENTE:			
Fornecedores	5 e 11	57.384.811,26	52.641.267,50
Clientes, facturas em recepção e conferência	9	13.923.881,88	13.008.326,23
Estado e outros entes públicos	15	873.968,20	400.585,98
Outras dívidas a pagar		1.122.520,56	1.068.306,18
Diferimentos		388.062,81	217.743,62
Total do passivo corrente		<u>73.693.244,71</u>	<u>67.336.229,51</u>
Total do passivo		<u>75.231.930,56</u>	<u>69.184.058,36</u>
Total do capital próprio e do passivo		<u>61.816.130,53</u>	<u>54.937.658,21</u>

O anexo faz parte integrante do balanço em 31 de Dezembro de 2016.

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Gilva Tancz Teresa Janeiro

A DIRECÇÃO

m. f. g.
J. de Loup
J. de Loup
A. de Loup

SOCIEDADE PORTUGUESA DE AUTORES, C.R.L.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Montantes expressos em Euros)

<u>RENDIMENTOS E GASTOS</u>	<u>Notas</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Serviços prestados	16	8.953.970,40	7.813.491,06
Trabalhos para a própria entidade	7	223.971,89	222.718,11
Fornecimentos e serviços externos	17	(2.408.655,40)	(2.072.090,80)
Gastos com o pessoal	18	(5.209.830,01)	(5.660.285,06)
Imparidade de dívidas a receber	10	-	(75.000,00)
Provisões ((aumentos) / reduções)	13	-	41.151,00
Outros rendimentos	19	340.878,80	277.964,94
Outros gastos	20	(779.049,37)	(274.879,46)
Resultado antes de depreciação e de amortização, gastos de financiamento e impostos		<u>1.121.286,31</u>	<u>273.069,79</u>
Gastos de depreciação e de amortização	21	(756.351,60)	(710.538,40)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		<u>364.934,71</u>	<u>(437.468,61)</u>
Juros e rendimentos similares obtidos	22	180.896,84	409.982,98
Juros e gastos similares suportados	23	(39.183,58)	(31.746,40)
Resultado líquido do exercício		<u><u>506.647,97</u></u>	<u><u>(59.232,03)</u></u>

O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados por naturezas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2016.

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Silvia Maria Faria de Almeida

A DIRECÇÃO

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

SOCIEDADE PORTUGUESA DE AUTORES, C.R.L.

DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Montantes expressos em Euros)

Notas	Capital subscrito	Reserva legal	Reservas estatutárias	Resultados transitados	Ajustamentos em activos financeiros	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do exercício	Total do capital próprio
Saldo em 31 de Dezembro de 2014	13.449,29	82.423,58	415.296,07	(11.563.418,64)	(643.431,74)	97.875,00	15.521,29	(11.582.285,15)
Reexpressão dos resultados transitados	-	-	-	(2.469.639,22)	-	-	-	(2.469.639,22)
Saldo em 31 de Dezembro de 2014 (reexpresso)	13.449,29	82.423,58	415.296,07	(14.033.057,86)	(643.431,74)	97.875,00	15.521,29	(14.051.924,37)
Aumentos	250,00	1.350,00	2.183.396,20	50.603,21	-	-	-	2.235.599,41
Diminuições	(113,75)	-	(2.273.540,41)	-	-	-	-	(2.273.654,16)
Aplicação do resultado de 2014	-	13.969,16	-	1.552,13	(97.189,00)	-	(15.521,29)	-
Perdas actuariais	-	-	-	-	-	-	-	(97.189,00)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	(59.232,03)	(59.232,03)
Saldo em 31 de Dezembro de 2015 (reexpresso)	13.585,54	97.742,74	325.151,86	(13.980.902,52)	(740.620,74)	97.875,00	(59.232,03)	(14.246.400,15)
Aumentos	275,00	1.485,00	2.429.060,19	72.881,96	-	-	-	2.503.702,15
Diminuições	(199,81)	-	(2.328.670,19)	-	-	-	-	(2.328.870,00)
Aplicação do resultado de 2015	-	-	-	(59.232,03)	-	-	59.232,03	-
Ganhos actuariais	-	-	-	-	149.120,00	-	-	149.120,00
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	(591.500,74)	-	506.647,97	506.647,97
Saldo em 31 de Dezembro de 2016	13.660,73	99.227,74	425.541,86	(13.967.252,59)	(591.500,74)	97.875,00	506.647,97	(13.415.800,03)

O anexo faz parte integrante da demonstração das alterações no capital próprio do exercício findo em 31 de Dezembro de 2016.

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Silvia Tereza Fátima de Sousa

A DRECCÃO

SOCIEDADE PORTUGUESA DE AUTORES, C.R.L.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Montantes expressos em Euros)

	Notas	2016	2015
<u>ACTIVIDADES OPERACIONAIS:</u>			
Recebimentos de clientes		43.740.811,87	37.571.234,20
Pagamentos a fornecedores		(30.460.695,77)	(29.355.725,10)
Pagamentos ao pessoal		(5.530.287,87)	(5.686.027,00)
Fluxos gerados pelas operações		<u>7.749.828,23</u>	<u>2.529.482,10</u>
Outros pagamentos relativos à actividade operacional		(15.372,09)	(262.034,31)
Fluxos das actividades operacionais (1)		<u><u>7.734.456,14</u></u>	<u><u>2.267.447,79</u></u>
<u>ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:</u>			
Recebimentos provenientes de:			
Juros e rendimentos similares		271.429,80	589.312,54
Investimentos financeiros	8	<u>979.669,00</u>	<u>350.000,00</u>
		<u>1.251.098,80</u>	<u>939.312,54</u>
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		(237.506,90)	(62.114,79)
Investimentos financeiros	8	<u>(20.000,00)</u>	<u>-</u>
		<u>(257.506,90)</u>	<u>(62.114,79)</u>
Fluxos das actividades de investimento (2)		<u><u>993.591,90</u></u>	<u><u>877.197,75</u></u>
<u>ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:</u>			
Recebimentos respeitantes a:			
Aumentos de capital e de reservas estatutárias	12	<u>2.430.820,19</u>	<u>2.183.646,20</u>
Pagamentos respeitantes a:			
Juros e gastos similares		(38.934,70)	(31.955,44)
Reduções de capital e de reservas estatutárias	12	<u>(2.328.870,00)</u>	<u>(2.273.654,16)</u>
		<u>(2.367.804,70)</u>	<u>(2.305.609,60)</u>
Fluxos das actividades de financiamento (3)		<u><u>63.015,49</u></u>	<u><u>(121.963,40)</u></u>
Varição de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)		8.791.063,53	3.022.682,14
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	4	31.882.450,24	28.859.768,10
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	4	40.672.926,86	31.882.450,24

O anexo faz parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de Dezembro de 2016.

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Silvia Soares Ferreira Soares

A DIRECÇÃO

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A Sociedade Portuguesa de Autores, C.R.L. ("SPA") é uma cooperativa de responsabilidade limitada sem fins lucrativos, com sede em Lisboa e foi constituída em 1925. Enquadra-se no regime especial previsto na Lei nº 26/2015 de 14 de Abril, detendo por esta via a natureza de pessoa colectiva da utilidade pública. O seu objecto social é a gestão do direito de autor e a defesa e promoção de bens culturais. A sua actividade principal consiste na administração, em representação dos seus cooperadores, beneficiários e membros de sociedades estrangeiras congéneres, das obras literárias e artísticas de cujos direitos de autor estes sejam titulares.

O quadro jurídico-institucional de funcionamento da SPA apoia-se em termos de legislação nacional no Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 63/85 e alterado pelas Leis n.º 45/85, de 17 de Setembro, e n.º 114/91, de 3 de Setembro, Decretos-Lei n.ºs 332/97 e 334/97, ambos de 27 de Novembro, pela Lei nº 50/2004, de 24 de Agosto e pela Lei nº 24/2006 de 30 de Junho e pela Lei nº 16/2008, de 1 de Abril, bem como no Código Cooperativo. Em termos internacionais, a actividade da SPA inscreve-se no âmbito da Convenção de Berna de 1886 e na Convenção Universal de 1952, ambas revistas em 1971.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em Euros e foram aprovadas pela Direcção, na reunião de 10 de Março de 2017. Contudo, as mesmas estão ainda sujeitas à aprovação pela Assembleia Geral de Cooperadores, nos termos da legislação em vigor em Portugal.

É entendimento da Direcção que estas demonstrações financeiras reflectem de forma verdadeira e apropriada as operações da SPA, bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de Julho, republicado pelo Decreto-Lei nº 98/2015, de 2 de Junho, e de acordo com a estrutura conceptual, Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro ("NCRF") e Normas Interpretativas ("NI") consignadas nos avisos 15652/2009, 15653/2009 e 15655/2009, de 27 de agosto de 2009, republicadas nos avisos 8254/2015, 8255/2015, 8256/2015, 8257/2015, 8258/2015 e 8259/2015, de 29 de Julho, as quais, no seu conjunto, constituem o Sistema de Normalização Contabilística ("SNC"). De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações será designado genericamente por "NCRF".

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adoptadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. As políticas contabilísticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados.

3.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da SPA, de acordo com as NCRF, em vigor à data da elaboração das demonstrações financeiras.

A Direcção procedeu à avaliação da capacidade da SPA operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro. Verifica-se que existe um desequilíbrio financeiro da situação patrimonial da SPA uma vez que o total do seu passivo corrente representa 1,4x o seu ativo corrente e o capital próprio é negativo em 13.415.800 Euros. Contudo, a SPA tem vindo a apresentar resultados operacionais positivos nos últimos exercícios e o nível de cobranças tem vindo a aumentar de ano para ano. Adicionalmente, há que realçar o facto do passivo corrente da SPA em 31 de Dezembro de 2016 representar, essencialmente, (i) direitos de autor a distribuir aos seus titulares no montante de, aproximadamente, 57.384.800 Euros, os quais seguem as regras de distribuição previstas no Regulamento Geral de Repartição dos Direitos, tendo a SPA até três anos para proceder à sua identificação e pagamento, e (ii) facturas em recepção e conferência de, aproximadamente, 13.924.000 Euros, representando a contrapartida da facturação emitida aos clientes por conta dos autores. Em resultado da avaliação efectuada, a Direcção concluiu que, atento os prazos de pagamento do seu passivo, a geração de fluxos de caixa operacionais e o nível das suas disponibilidades, a SPA dispõe de recursos financeiros adequados para manter as actividades, não havendo intenção de cessar as mesmas no curto prazo, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras.

3.2. Activos fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis, com excepção da biblioteca, são inicialmente registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos directamente atribuíveis às actividades necessárias para colocar os activos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida, deduzido das depreciações e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

	<u>Anos</u>
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	5-10
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	3-10
Outros activos fixos tangíveis	6-8

A biblioteca, incluída na rubrica “Outros activos fixos tangíveis”, encontra-se registada pelo justo valor, determinada por uma avaliação por entidade especializada e independente, não se encontra a ser depreciada.

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são susceptíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um activo fixo tangível é determinado como a diferença entre o montante recebido na transacção e a quantia escriturada do activo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

3.3. Propriedades de investimento

As propriedades de investimento compreendem, essencialmente, imóveis detidos para valorizações do capital, não se destinando ao uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços ou para fins administrativos ou para venda no curso ordinário das operações.

As propriedades de investimento são mensuradas ao custo.

Os custos incorridos relacionados com propriedades de investimento em utilização, nomeadamente, manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades são reconhecidos como um gasto no período a que se referem. As beneficiações ou benfeitorias em propriedades de investimento relativamente às quais existem expectativas de que irão gerar benefícios económicos futuros adicionais são capitalizadas na rubrica de “Propriedades de investimento”.

As propriedades de investimento são depreciadas de acordo com o método das quotas constantes, por duodécimos, durante a sua vida útil, estimada em 50 anos.

3.4. Activos intangíveis

Os activos intangíveis referem-se essencialmente ao *Enterprise Resource Planning* (“ERP”) da SPA, assim como a outros desenvolvimentos aplicativos, encontrando-se registados ao custo de aquisição e são amortizados pelo método das quotas constantes no período de vida útil, estimado em 8 anos.

3.5. Imparidade de activos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento

Em cada data de relato é efectuada uma revisão das quantias escrituradas dos activos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento da SPA com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respectivos activos a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

A quantia recuperável do activo consiste no maior de entre (i) o justo valor deduzido de custos para vender e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto que reflecta as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do activo.

Sempre que a quantia escriturada do activo ou da unidade geradora de caixa for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica de "Perdas por imparidade".

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica de "Reversões de perdas por imparidade". A reversão da perda por imparidade é efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações) caso a perda não tivesse sido registada.

3.6. Activos e passivos financeiros

Os activos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a SPA se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

Activos e passivos financeiros ao custo ou ao custo amortizado

Os activos financeiros e os passivos financeiros são mensurados ao custo ou ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas de imparidade acumuladas, quando:

- Sejam à vista ou tenham maturidade definida;
- Tenham associado um retorno fixo ou determinável; e
- Não sejam ou não incorporem um instrumento financeiro derivado.

O custo amortizado corresponde à quantia pela qual um activo financeiro ou passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial usando o método da taxa de juro efectiva. A taxa de juro efectiva é a taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados na quantia líquida escriturada do activo ou passivo financeiro.

Os activos e passivos financeiros ao custo ou ao custo amortizado incluem:

- Clientes;
- Outros créditos a receber;
- Fornecedores; e
- Outras dívidas a pagar;

Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e depósitos bancários correspondem aos valores em caixa, depósitos à ordem e a prazo, com prazo de vencimento inferior a 3 meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis, com risco insignificante de alteração de valor.

Imparidade de activos financeiros

Os activos financeiros classificados na categoria "ao custo ou custo amortizado" são sujeitos a avaliação de indícios de imparidade em cada data de relato sempre que se observem indícios de que os mesmos possam estar em imparidade. Tais activos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objectiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afectados negativamente.

Para os activos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do activo e a melhor estimativa do justo valor do activo.

As perdas por imparidade são registadas em resultados na rubrica “Imparidade de dívidas a receber” no exercício em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objectivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta é revertida por resultados. A reversão é efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida caso a perda não tivesse sido inicialmente registada.

Desreconhecimento de activos e passivos financeiros

A SPA desreconhece activos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram, ou quando transfere para outra entidade os activos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos.

A SPA desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

3.7. Trabalhos para a própria entidade

Os gastos internos (essencialmente mão-de-obra) incorridos na formação de activos, cumpridos os requisitos referidos no normativo contabilístico que o permitem, são objecto de capitalização, sendo contabilizados na demonstração dos resultados, na rubrica “Trabalhos para a própria entidade”. Os custos incorridos na fase de pesquisa são reconhecidos em resultados como gastos no exercício em que ocorrem.

3.8. Provisões, passivos contingentes e activos contingentes

São reconhecidas provisões apenas quando a SPA tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação.

As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a reflectirem a melhor estimativa a essa data.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota.

3.9. Rédito

O rédito proveniente das comissões da SPA sobre os direitos de autor cobrados junto dos operadores de televisão, de serviços de televisão por subscrição e rádios é registado de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

O rédito proveniente das comissões da SPA sobre os direitos de autor cobrados (Área de Letras e Artes, Reprodução Mecânica, Novas Tecnologias e Execução Pública) é reconhecido na demonstração dos resultados do exercício em que ocorre a cobrança efectiva dos direitos e é efectuada a sua distribuição, uma vez que apenas nesta data é possível determinar com fiabilidade o valor do rédito.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efectivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a SPA e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

3.10. Especialização de exercícios

Os rendimentos e gastos são registados de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, pelo qual estes são reconhecidos à medida que são gerados ou incorridos, independentemente do momento em que são facturados.

3.11. Benefícios pós-emprego

A SPA tem as seguintes responsabilidades assumidas:

(i) *Compromissos perante empregados - Pré-reformados e reformados*

Relativamente aos pré-reformados, a SPA assumiu a obrigação de pagar a um conjunto de empregados uma parte do seu salário até que estes atinjam a idade da reforma. Este grupo está fechado a novos participantes. No que se refere aos reformados, a SPA assumiu a responsabilidade de pagar complementos de reforma a um conjunto de ex-empregados que se encontram reformados, estando este grupo fechado a novos participantes. A SPA não tem constituído qualquer fundo para financiar estas obrigações, mantendo registado no passivo o valor estimado destas responsabilidades.

(ii) *Compromissos perante cooperadores*

A SPA assumiu o compromisso de efectuar o pagamento, aos cooperadores e cônjuges sobreviventes que tenham cumprido determinadas condições, de uma quantia equivalente à média dos direitos de autor que lhes tenham sido creditados nos dez melhores anos e metade dessa quantia aos seus cônjuges sobreviventes. Para fazer face a este compromisso, a SPA retém comissões de determinados direitos, as quais conforme definido nos seus estatutos, são registadas directamente em capital próprio (Nota 12). Em cada um dos exercícios, aquela reserva é utilizada pelos montantes pagos aos cooperadores e cônjuges sobreviventes. Os fluxos associados à retenção das comissões e ao pagamento aos cooperadores são classificados como actividades de financiamento na demonstração dos fluxos de caixa.

3.12. Classificação do balanço

São classificados no activo corrente os activos que são expectáveis que se realizem no decurso normal das operações da SPA, ou que são detidos com a intenção de transacção em prazo inferior a um ano. Os passivos correntes representam passivos cuja exigibilidade a SPA não detenha um direito incondicional de diferir para um período superior a um ano da data do balanço.

3.13. Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efectuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afectam as quantias relatadas de activos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do exercício.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transacções em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas.

As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospectiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transacções em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

4. CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de caixa e seus equivalentes inclui numerário e depósitos bancários imediatamente mobilizáveis sem perda significativa de valor. Esta rubrica em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 detalha-se conforme segue:

	2016	2015
Numerário	11.390,21	7.239,64
Depósitos bancários	40.661.536,65	31.875.210,60
Caixa e seus equivalentes	<u>40.672.926,86</u>	<u>31.882.450,24</u>



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Montantes expressos em Euros)

Os depósitos bancários em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 têm o seguinte detalhe:

	2016	2015
<u>Depósitos a prazo:</u>		
Millennium BCP	21.500.000,00	24.250.000,00
BPI	500.000,00	-
Caixa Geral de Depósitos	500.000,00	1.000.000,00
	<u>22.500.000,00</u>	<u>25.250.000,00</u>
<u>Depósitos à ordem:</u>		
Millennium BCP	15.407.276,16	5.614.122,38
Deutsche Bank	1.537.992,94	524.279,78
Outros	1.216.267,55	486.808,44
	<u>18.161.536,65</u>	<u>6.625.210,60</u>
Total de depósitos bancários	<u>40.661.536,65</u>	<u>31.875.210,60</u>

Os depósitos bancários vencem-se num prazo igual ou inferior a três meses ou, nos casos em que o prazo de vencimento é superior àquele período, podem ser antecipadamente mobilizados sem perda significativa de valor. São remunerados a taxas normais de mercado.

5. ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS, POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, não ocorreram quaisquer alterações de políticas contabilísticas ou alterações significativas de estimativas. Em Novembro de 2016, o Conselho de Administração da SPA deliberou que o montante líquido de, aproximadamente, 2.470.000 Euros, correspondente a direitos de autor por distribuir de anos anteriores (até 2003 inclusive), fosse integralmente distribuído por rateio (ou outra metodologia), nos exercícios de 2017 e 2018, tendo reclassificado este montante de "Resultados transitados" (onde havia sido registado em anos anteriores) para a rubrica de "Fornecedores – Direitos a distribuir". Em resultado desta correcção, nos termos da NCRF 4 – Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas e Erros, a SPA reexpressou as demonstrações financeiras de 2015.

Não foram identificados outros erros materiais que devessem ser corrigidos.

6. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 o movimento ocorrido nos activos fixos tangíveis, bem como nas respectivas depreciações acumuladas, foi o seguinte:

	2016					Total
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento administrativo	Outros activos fixos tangíveis	
Activo bruto:						
Saldo inicial	2.137.500,00	6.662.500,00	348.761,45	1.464.959,25	806.603,32	11.420.324,02
Aquisições	-	-	-	57.736,96	3.414,01	61.150,97
Revalorização	-	-	-	-	33.025,00	33.025,00
Alienações e abates	-	-	(1.415,63)	(31.759,42)	-	(33.175,05)
Saldo final	<u>2.137.500,00</u>	<u>6.662.500,00</u>	<u>347.345,82</u>	<u>1.490.936,79</u>	<u>843.042,33</u>	<u>11.481.324,94</u>
Depreciações acumuladas:						
Saldo inicial	-	1.763.991,30	348.761,45	1.354.886,09	163.648,07	3.631.286,91
Depreciações do exercício (Nota 21)	-	251.998,75	-	101.037,39	21.468,60	374.504,74
Alienações e abates	-	-	(1.415,63)	(31.758,41)	-	(33.174,04)
	<u>-</u>	<u>2.015.990,05</u>	<u>347.345,82</u>	<u>1.424.165,07</u>	<u>185.116,67</u>	<u>3.972.617,61</u>
Activo líquido	<u>2.137.500,00</u>	<u>4.646.509,95</u>	<u>-</u>	<u>66.771,72</u>	<u>657.925,66</u>	<u>7.508.707,33</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Montantes expressos em Euros)

	2015					Total
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento administrativo	Outros activos fixos tangíveis	
Activo bruto:						
Saldo inicial	2.137.500,00	6.662.500,00	349.054,42	1.426.645,68	795.342,97	11.371.043,07
Aquisições	-	-	-	50.642,50	11.472,29	62.114,79
Alienações e abates	-	-	(292,97)	(12.328,93)	(212,94)	(12.834,84)
Saldo final	<u>2.137.500,00</u>	<u>6.662.500,00</u>	<u>348.761,45</u>	<u>1.464.959,25</u>	<u>806.602,32</u>	<u>11.420.323,02</u>
Depreciações acumuladas:						
Saldo inicial	-	1.511.992,55	349.054,42	1.238.592,80	142.553,01	3.242.192,78
Depreciações do exercício (Nota 21)	-	251.998,75	-	128.623,22	21.308,00	401.929,97
Alienações e abates	-	-	(292,97)	(12.329,93)	(212,94)	(12.835,84)
Saldo final	-	<u>1.763.991,30</u>	<u>348.761,45</u>	<u>1.354.886,09</u>	<u>163.648,07</u>	<u>3.631.286,91</u>
Activo líquido	<u>2.137.500,00</u>	<u>4.898.508,70</u>	-	<u>110.073,16</u>	<u>642.954,25</u>	<u>7.789.036,11</u>

As aquisições de equipamento administrativo no exercício findo em 31 de Dezembro de 2016 respeitam essencialmente a servidores e material informático.

A revalorização registada no exercício findo em 31 de Dezembro de 2016 é respeitante à avaliação do justo valor da biblioteca realizada por uma entidade independente, o qual avaliou a biblioteca num valor total de 308.025 Euros.

7. ACTIVOS INTANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, o movimento ocorrido nos activos intangíveis, bem como nas respectivas amortizações acumuladas, foi como segue:

	2016		
	Software	Activos intangíveis em curso	Total
Saldo inicial	2.277.177,55	302.630,33	2.579.807,88
Aquisições	-	379.602,82	379.602,82
Transferências	258.475,49	(258.475,49)	-
Saldo final	<u>2.535.653,04</u>	<u>423.757,66</u>	<u>2.959.410,70</u>
Amortizações acumuladas:			
Saldo inicial	1.154.702,80	-	1.154.702,80
Amortizações do exercício (Nota 21)	357.885,61	-	357.885,61
Saldo final	<u>1.512.588,41</u>	-	<u>1.512.588,41</u>
Activo líquido	<u>1.023.064,63</u>	<u>423.757,66</u>	<u>1.446.822,29</u>

Os activos intangíveis em curso referem-se a desenvolvimentos aplicativos que iniciarão a sua utilização em 2017.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Montantes expressos em Euros)

	2015		
	Software	Activos intangíveis em curso	Total
Activo bruto:			
Saldo inicial	2.277.177,55	60.223,44	2.337.400,99
Aquisições	-	242.406,89	242.406,89
Saldo final	<u>2.277.177,55</u>	<u>302.630,33</u>	<u>2.579.807,88</u>
Amortizações acumuladas:			
Saldo inicial	870.055,62	-	870.055,62
Amortizações do exercício (Nota 21)	284.647,18	-	284.647,18
Saldo final	<u>1.154.702,80</u>	<u>-</u>	<u>1.154.702,80</u>
Activo líquido	<u>1.122.474,75</u>	<u>302.630,33</u>	<u>1.425.105,08</u>

As aquisições efectuadas nos exercícios de 2016 e 2015 referem-se, essencialmente, a desenvolvimentos do programa informático SPA Digital, efectuados pelo departamento interno de informática tendo em conta os requisitos definidos na Nota 3.7., os quais, ascenderam a 223.971,89 Euros e 222.718,11 Euros, respectivamente.

8. OUTROS ACTIVOS NÃO CORRENTES

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, esta rubrica respeita a:

	2016	2015
Notes Deutsche Bank - Galp Energia (a)	-	1.000.000,00
Obrigações do Tesouro (b)	20.000,00	-
Outros activos	77,69	77,69
	<u>20.077,69</u>	<u>1.000.077,69</u>

(a) Notes cujo activo subjacente eram obrigações da Galp Energia, com maturidade em 18 de Fevereiro de 2018. A taxa do cupão era de 5% até 31 de Dezembro de 2014, alterando a partir de 1 de Janeiro de 2015 para a taxa Euribor 3 meses acrescido de um *spread* de 4,25%, tendo um limite máximo de 6%. Em 30 de Setembro de 2016, a SPA resgatou as referidas obrigações.

(b) Obrigações do tesouro de rendimento variável, com maturidade em 30 de Novembro de 2021, com pagamento de juros semestral calculados a uma taxa de juro variável e igual à Euribor 6 meses acrescida de 2%.

9. CLIENTES

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, os saldos com clientes tinham a seguinte composição:

	2016	2015
Saldos devedores:		
Clientes, conta corrente (a)	9.906.728,64	10.503.902,42
Valores por facturar (b)	376.577,47	409.376,94
	<u>10.283.306,11</u>	<u>10.913.279,36</u>
Saldos credores:		
Clientes, facturas em conferência (a)	<u>13.923.881,88</u>	<u>13.008.326,23</u>

(a) Os direitos autorais são facturados aos clientes por conta dos autores, sendo essa facturação registada por contrapartida da rubrica "Clientes, facturas em conferência". Aquando da cobrança dos direitos autorais, a rubrica "Clientes, facturas em conferência" é reduzida por contrapartida de "Fornecedores - Direitos a distribuir" (Nota 11).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Montantes expressos em Euros)

- (b) Valores por facturar a operadores de televisão, de serviços de televisão por subscrição e de rádio, sendo os valores estimados relativos, essencialmente, à SIC, TVI, NOS e MEO.

10. OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a rubrica de outros créditos a receber detalham-se como segue:

	2016			2015		
	Montante bruto	Imparidade acumulada	Montante líquido	Montante bruto	Imparidade acumulada	Montante líquido
Adiantamentos a autores	1.168.414,29	(478.536,30)	689.877,99	1.333.236,01	(478.536,30)	854.699,71
Valores a receber de delegados	518.753,73	(286.428,87)	232.324,86	478.402,70	(286.705,27)	191.697,43
Acréscimos de rendimentos - juros	785,38	-	785,38	91.317,78	-	91.317,78
Outros	292.195,58	-	292.195,58	79.900,15	-	79.900,15
	<u>1.980.148,98</u>	<u>(764.965,17)</u>	<u>1.215.183,81</u>	<u>1.982.856,64</u>	<u>(765.241,57)</u>	<u>1.217.615,07</u>

No decurso dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, o movimento ocorrido nas perdas por imparidade dos outros créditos a receber, detalha-se como segue:

	31.12.2014	Reforços	Utilizações	31.12.2015	Utilizações	31.12.2016
Adiantamentos a autores	478.536,30	-	-	478.536,30	-	478.536,30
Valores a receber de delegados	214.010,87	75.000,00	(2.305,60)	286.705,27	(276,40)	286.428,87
	<u>692.547,17</u>	<u>75.000,00</u>	<u>(2.305,60)</u>	<u>765.241,57</u>	<u>(276,40)</u>	<u>764.965,17</u>

Os reforços efectuados no exercício de 2015, decorreram da análise efectuada pela SPA quanto ao valor recuperável destes activos tendo em conta o prazo estimado para a sua regularização.

11. FORNECEDORES

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, os saldos com fornecedores tinham a seguinte composição:

	2016	2015 (Reexpresso)
Fornecedores - conta corrente:		
Autores (a)	11.200.894,74	9.103.191,12
Sociedades estrangeiras (a)	3.982.136,29	2.982.317,25
	<u>15.183.031,03</u>	<u>12.085.508,37</u>
Fornecedores - Direitos a distribuir (b)	42.201.780,23	40.555.759,13
	<u>57.384.811,26</u>	<u>52.641.267,50</u>

- (a) Os valores incluídos nestas rubricas correspondem aos direitos já cobrados e pendentes de pagamento aos respectivos titulares.
- (b) Direitos já cobrados e pendentes de pagamento, aguardando a identificação dos respectivos titulares e que apresentam a seguinte antiguidade:

	2016	2015 (Reexpresso)
Ano 2016	21.022.561,65	-
Ano 2015	5.527.249,43	13.059.652,14
Ano 2014	4.855.143,68	11.000.291,61
Ano 2013	4.710.243,42	6.329.890,70
Anteriores a 2012	6.086.582,05	10.165.924,68
	<u>42.201.780,23</u>	<u>40.555.759,13</u>

12. CAPITAL PRÓPRIO

O capital subscrito da SPA, de acordo com os respectivos estatutos, é variável, sendo no mínimo de 2.500 Euros. Em 31 de Dezembro de 2016, o capital encontra-se representado por 3.726 títulos, de valor nominal variável entre 0,5 Euros e 5 Euros. As entradas mínimas de capital a subscrever integralmente por cada cooperador são de 25 Euros, representadas por 5 títulos nominativos de 5 Euros cada.

No caso de falecimento de cooperadores, os títulos subscritos serão reembolsados aos respectivos herdeiros, segundo o seu valor nominal corrigido nos termos do n.º 4 do artigo 23º do Código Cooperativo.

Em 31 de Dezembro de 2016, o movimento do capital subscrito foi como segue:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Saldo inicial	13.585,54	13.449,29
Aumentos:		
Admissão de novos cooperadores	275,00	250,00
Diminuições:		
Falecimento de cooperadores	<u>(199,81)</u>	<u>(113,75)</u>
Saldo final	<u><u>13.660,73</u></u>	<u><u>13.585,54</u></u>

Reserva legal - O artigo 54º dos estatutos da SPA estabelece que 90% do valor das jóias pagas pelos cooperadores, quando admitidos enquanto tal, têm de ser destinados ao reforço da reserva legal e 90% do valor dos excedentes anuais líquidos têm de ser destinados ao reforço desta reserva. Esta reserva só pode ser utilizada para absorver prejuízos. Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 foram admitidos 11 e 10 cooperadores, respectivamente, tendo cada um deles pago uma jóia de 150 Euros.

Reservas estatutárias - Os estatutos da SPA, nos seus artigos 55º e 56º, estabelecem a constituição das seguintes reservas:

a) Reserva para a educação e formação cooperativa

Destina-se a cobrir as despesas com essas actividades, bem como com a formação cultural e técnica dos cooperadores e dos empregados da SPA. Esta reserva constitui-se através das seguintes dotações:

- Dez por cento do valor das jóias pagas e dez por cento dos excedentes anuais líquidos;
- Pelos donativos e subsídios que forem especialmente destinados às finalidades da reserva.

b) Reserva social, que se destina a:

- A assegurar aos cooperadores com idade superior a sessenta anos, que tenham sido admitidos nesta qualidade há mais de cinco anos e o requeiram à Direcção, uma quantia anual vitalícia equivalente à média dos direitos que lhe tenham sido creditados nos dez anos em que esses direitos tenham atingido os valores mais elevados, e metade dessa quantia aos seus cônjuges sobreviventes;
- A conceder subsídios aos cooperadores afectados de invalidez permanente, quando não se encontram abrangidos pela alínea anterior, sendo estes subsídios aprovados pela Administração;
- A contribuir para a cobertura de outros riscos em benefício dos cooperadores.

Estas reservas constituem-se, essencialmente, através das comissões para fins assistenciais cobradas pela SPA que, nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, corresponderam a 3% dos direitos de autor cobrados relativos a Representação e 10% dos direitos de autor cobrados relativos a Edição e restantes direitos, com excepção dos direitos de Reprodução Mecânica e Direitos Conexos.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Montantes expressos em Euros)

O movimento das reservas estatutárias, em 2016 e 2015, foi o seguinte:

Saldo em 31 de Dezembro de 2014	<u>415.296,07</u>
Aumentos	2.183.396,20
Reduções	(2.273.540,41)
Saldo em 31 de Dezembro de 2015	<u>325.151,86</u>
Aumentos	2.429.060,19
Reduções	(2.328.670,19)
Saldo em 31 de Dezembro de 2016	<u>425.541,86</u>

Os aumentos ocorridos durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 nas reservas estatutárias resultam das deduções efectuadas ao longo do exercício ao valor dos direitos autorais cobrados, de comissões para fins assistenciais ou culturais, de acordo com o artigo 44º dos estatutos e têm a seguinte composição:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Reserva para fins assistenciais	2.428.895,19	2.183.246,20
Reserva para a educação e formação cooperativa	165,00	150,00
	<u>2.429.060,19</u>	<u>2.183.396,20</u>

Quanto às diminuições, estas apresentam a seguinte composição:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Direitos creditados a cooperadores e cônjuges sobreviventes (Nota 25)	2.221.614,94	2.189.887,54
Despesas com fins culturais (a)	61.049,73	56.387,03
Despesas de doença, com funerais, exames clínicos, seguros de vida e de acidentes pessoais de cooperadores	46.005,52	27.265,84
	<u>2.328.670,19</u>	<u>2.273.540,41</u>

(a) Nesta rubrica são registadas despesas de diversas naturezas, relativas a manifestações ou eventos culturais promovidos ou participados pela SPA, incluindo as despesas suportadas com as primeiras audições de obras.

Resultados transitados: Conforme referido na Nota 5, o montante de, aproximadamente, 2.470.000 Euros, correspondente a direitos de autor por distribuir de anos anteriores (até 2003 inclusive), foi reclassificado para a rubrica de "Fornecedores – Direitos a distribuir".

Outros ajustamentos em activos financeiros – Esta rubrica reflecte o montante de ganhos ou perdas actuariais líquidas reconhecidas pela SPA relativamente aos benefícios pós-emprego (Nota 14). O movimento desta rubrica vem como segue:

Saldo em 31 de Dezembro de 2014	<u>643.431,74</u>
Aumentos (Nota 14)	97.189,00
Saldo em 31 de Dezembro de 2015	<u>740.620,74</u>
Reduções (Nota 14)	(149.120,00)
Saldo em 31 de Dezembro de 2016	<u>591.500,74</u>

Outras variações no capital próprio (doações) - Durante o exercício de 2010, foi doada à SPA a Casa Rebordão Navarro que, com base numa avaliação de perito especializado e independente, foi registada pelo valor de 97.875 Euros na rubrica de "Propriedades de investimentos" por contrapartida desta rubrica.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Montantes expressos em Euros)

Aplicação de resultados de 2014: Na Assembleia Geral de Cooperadores realizada em 26 de Março de 2015, foi deliberada a transferência do resultado líquido do exercício de 2014 para resultados transitados (1.552,13 Euros) e para reservas legais (13.969,16 Euros).

Aplicação de resultados de 2015: Na Assembleia Geral de Cooperadores realizada em 29 de Março de 2016, foi deliberada a transferência do resultado líquido negativo do exercício de 2015 para resultados transitados.

13. PROVISÕES

Esta rubrica refere-se a provisões para processos judiciais e tem como objectivo cobrir responsabilidades relacionadas com a actividade da SPA e foi determinada, pela Direcção, com o apoio dos seus consultores legais, com base na avaliação dos riscos que lhe estão subjacentes. Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, os movimentos ocorridos nas rubricas de provisões foram como segue:

	31.12.2014	Reversões	31.12.2015	Reforços	31.12.2016
Processos judiciais em curso	205.436,23	(41.151,00)	164.285,23	-	164.285,23

A SPA é parte em diversos processos judiciais, embora o risco de perda dos mesmos não seja graduado pela Direcção, com base na opinião dos seus consultores legais, como provável. Em Dezembro de 2016, foi proferida sentença desfavorável para a SPA pelo Tribunal da Comarca de Lisboa condenando a SPA, num processo laboral, ao pagamento de uma indemnização superior a um milhão de Euros e à reintegração de um ex-colaborador no seu anterior posto de trabalho. A Direcção da SPA e os seus consultores legais acreditam que, apesar da complexidade do processo em causa, existem argumentos que sustentam a revogação integral daquela sentença, tendo, em janeiro de 2017, interposto recurso para o Tribunal da Relação de Lisboa. Por esta razão, não se encontra constituída uma provisão para fazer face àquela indemnização.

14. BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

Os estudos actuariais com referência a 31 de Dezembro de 2016 e 2015, obtidos para mensurar a responsabilidade da SPA, são elaborados por uma entidade independente e especializada, foram elaborados com base no "Método da Unidade de Crédito Projectada" e utilizaram os seguintes pressupostos financeiros e demográficos:

	2016	2015
Pressupostos financeiros		
Taxas de desconto:		
Salários de pré-reformados	0,30%	0,50%
Reformados	1,30%	1,50%
Taxa de crescimento salarial	0,00%	0,00%
Taxa de actualização das pensões	0,00%	0,00%
Pressupostos demográficos		
Tábua de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90
Idade da reforma	66	66

A taxa anual de desconto das responsabilidades foi estimada com base em taxas de rendimento de longo prazo de obrigações da zona Euro de elevado *rating* à data das demonstrações financeiras, com maturidades equiparáveis às das responsabilidades da SPA.

Os pressupostos demográficos considerados pela SPA têm por base as tábuas de mortalidade geralmente aceites para efeitos de valorização actuarial, sendo estas tabelas ajustadas periodicamente de modo a reflectir a experiência de mortalidade ocorrida no universo fechado dos participantes destes planos. Em 31 de Dezembro de 2016, o número de beneficiários de pré-reformas e complementos de reforma ascendia a 2 e 19 (4 e 20 em 31 de Dezembro de 2015), respectivamente, sendo esta uma responsabilidade construtiva assumida pela SPA perante alguns dos seus ex-empregados.

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, o impacto total das alterações dos pressupostos actuariais correspondeu a um ganho líquido de 149.120 Euros e a uma perda líquida de 97.189 Euros, respectivamente, tendo estes montantes sido reconhecidos directamente no capital próprio, conforme normativo contabilístico aplicável.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Montantes expressos em Euros)

Durante os exercícios de 2016 e 2015, o movimento ocorrido nas responsabilidades projectadas da SPA foi como segue:

	Pré- Reformados	Reformados	Total
Saldo em 31 de Dezembro de 2014	294.299,00	1.521.094,00	1.815.393,00
Perdas actuariais (Nota 12)	50.434,00	46.755,00	97.189,00
Pagamento de benefícios	(111.212,30)	(140.780,08)	(251.992,38)
Custo dos juros (Nota 18)	1.135,00	21.819,00	22.954,00
Saldo em 31 de Dezembro de 2015	<u>234.655,70</u>	<u>1.448.891,92</u>	<u>1.683.543,62</u>
Ganhos actuariais (Nota 12)	(23.000,00)	(126.120,00)	(149.120,00)
Pagamento de benefícios	(61.924,00)	(119.783,00)	(181.707,00)
Custo dos juros (Nota 18)	940,00	20.740,00	21.680,00
Saldo em 31 de Dezembro de 2016	<u>150.671,70</u>	<u>1.223.728,92</u>	<u>1.374.400,62</u>

15. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a rubrica de Estado e outros entes públicos detalhava-se como segue:

	2016	2015
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares	543.311,85	357.528,11
Contribuições para a Segurança Social	86.967,28	37.922,88
Imposto sobre o Valor Acrescentado	243.551,73	4.560,45
Contribuição Extraordinária de Solidariedade	137,34	574,54
	<u>873.968,20</u>	<u>400.585,98</u>

A SPA está isenta de pagamento de IRC - Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas, nos termos do disposto na Lei n.º 151/99 de 14 de Setembro. De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a correcção por parte da Segurança Social, durante um período de cinco anos.

O aumento registado no exercício findo em 31 de Dezembro de 2016 na rubrica de IVA está relacionado com uma revisão das autoridades fiscais ao IVA *pro-rata* de 2012, último ano de aplicação deste regime, por parte da SPA. Desta revisão, resultou um montante adicional a liquidar de, aproximadamente, 236.000 Euros, o qual será pago em 2017 (Nota 20).

16. RÉDITO

O rédito reconhecido pela SPA em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, detalha-se como segue:

	2016	2015
Comissões sobre direitos autorais (a)	7.705.650,45	6.681.229,10
Comissões adicionais (b)	1.248.183,97	1.132.200,96
Outros	135,98	61,00
	<u>8.953.970,40</u>	<u>7.813.491,06</u>

(a) Este montante corresponde às comissões sobre os direitos autorais cobrados, de acordo com o artigo 52º dos estatutos da SPA.

(b) Este montante corresponde a um adicional de 10% sobre o valor dos direitos cobrados pelo departamento de delegados e correspondentes, suportado directamente pelos utilizadores de obras protegidas pela SPA.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Montantes expressos em Euros)

17. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica de "Fornecimentos e serviços externos" nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, detalha-se como segue:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Serviços especializados	1.013.705,29	754.523,98
Honorários	484.062,66	473.924,77
Materiais	187.499,45	132.721,59
Energia e fluídos	144.075,19	170.167,77
Deslocações, estadas e transportes	88.268,01	85.523,23
Serviços diversos	491.044,80	455.229,46
	<u>2.408.655,40</u>	<u>2.072.090,80</u>

18. GASTOS COM O PESSOAL

A rubrica de "Gastos com o pessoal" nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, detalha-se conforme segue:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Remunerações do pessoal e órgãos sociais	3.764.349,18	3.788.341,98
Responsabilidades dos benefícios pós-emprego (Nota 14)	21.680,00	22.954,00
Indemnizações	437.988,81	850.546,51
Encargos sobre remunerações	793.407,28	816.285,49
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais	24.659,43	16.720,82
Gastos de acção social	23.865,73	12.479,26
Outros gastos com pessoal	143.879,58	152.957,00
	<u>5.209.830,01</u>	<u>5.660.285,06</u>

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, o número médio de pessoal ao serviço da SPA foi de, 154 e 147 empregados, respectivamente.

Em 2016 e 2015, os gastos com indemnizações reflectem os acordos efectuados para a rescisão de contratos de trabalho.

19. OUTROS RENDIMENTOS

A composição da rubrica de "Outros rendimentos" nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, era conforme segue:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Rendimentos suplementares (a)	66.080,34	60.365,34
Patrocínios (b)	60.000,00	60.000,00
Outros (c)	214.798,46	157.599,60
	<u>340.878,80</u>	<u>277.964,94</u>

- (a) Nesta rubrica estão registadas as inscrições de beneficiários, que nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 ascenderam a 50.550 Euros e 47.100 Euros, respectivamente.
- (b) Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, esta rubrica inclui o patrocínio recebido do Millennium BCP, no montante de 60.000 Euros, respeitante a acções de carácter cultural efectuadas pela SPA.
- (c) Em 31 de Dezembro de 2016, esta rubrica inclui a regularização de saldos credores de clientes com antiguidade no montante de 123.904 Euros. No exercício de 2015, a rubrica incluía o desreconhecimento de saldos de delegados e correspondentes com antiguidade no montante de 95.054 Euros. Os saldos devedores regularizados foram registados na rubrica "Outros gastos".

20. OUTROS GASTOS

A composição da rubrica de "Outros gastos", nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, era conforme segue:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Quotizações (a)	316.372,47	183.181,47
Impostos	5.281,76	2.976,20
Outros (b)	457.395,14	88.704,09
	<u>779.049,37</u>	<u>274.879,46</u>

(a) O aumento desta rubrica está relacionado com o aumento das cobranças e ao pagamento extraordinário das quotizações da Latinautor referentes aos anos de 2013 a 2015.

(b) Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, esta rubrica inclui a regularização de saldos de clientes e de delegados e correspondentes com antiguidade, bem como o gasto assumido com a regularização final do IVA *pro-rata* de 2012, no montante de 236.357,39 Euros (Nota 15).

21. GASTOS DE DEPRECIações E AMORTIZAções

A composição da rubrica de "Gastos de depreciação e de amortização" nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, era conforme segue:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Activos fixos tangíveis (Nota 6)	374.504,74	401.929,97
Propriedades de investimento	23.961,25	23.961,25
Activos intangíveis (Nota 7)	357.885,61	284.647,18
	<u>756.351,60</u>	<u>710.538,40</u>

22. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS

Os juros e outros rendimentos similares reconhecidos, no decurso dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, respeitam a juros obtidos com aplicações de tesouraria em depósitos bancários.

23. JUROS E GASTOS SIMILARES SUPOSTADOS

Os juros e gastos similares suportados reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 referem-se, essencialmente, a gastos incorridos com serviços bancários nos montantes de 38.935,12 Euros e 31.746,40 Euros, respectivamente.

24. PARTES RELACIONADAS

De acordo com a NCRF 5 – Divulgações de partes relacionadas é obrigatória a divulgação de informação respeitante a transacções entre a entidade que reporta e indivíduos com poder de voto que lhes dê influência significativa sobre a entidade que relata, indivíduos chave da Administração ou Direcção.

Enquadram-se nesta situação, na SPA o administrador, Sr. João Carlos Branco Lourenço, que também faz parte da Direcção da SPA e foi Director do Novo Grupo de Teatro até 10 de Setembro de 2015. Este administrador é utilizador de direitos de autor, ou seja, é facturado pela utilização de direitos de autor geridos pela SPA.

Adicionalmente, o Sr. João David Nunes, sócio e membro efectivo da Direcção da SPA e que também é Assessor de Administração da SPA, detém uma empresa que prestou serviços à SPA em 2016 e 2015 nos montantes de 42.000 Euros em cada ano.

25. OUTROS COMPROMISSOS FINANCEIROS

A SPA assumiu o compromisso de conceder aos seus cooperadores com idade superior a 60 anos que tenham sido admitidos nessa qualidade há mais de cinco anos, uma quantia anual vitalícia equivalente à média dos direitos de autor que lhes tenham sido creditados nos dez melhores anos. Em caso de morte do cooperador, a SPA assegura o pagamento de metade dessa quantia aos seus cônjuges sobreviventes, ou aos que por lei lhe são equiparados. Em 2015, a Direcção da SPA aprovou a revisão das regras de acesso ao subsídio estatutário com o objectivo de aumentar a idade mínima de acesso para os 65 anos, embora os cooperadores com idade superior a 60 anos ainda possam requerer o acesso a este subsídio com penalizações quanto ao montante atribuído. Os estatutos da SPA especificam que a sua Direcção tem competência para fixar com adequabilidade, razoabilidade e proporcionalidade uma comissão anual a deduzir nos direitos que forem anualmente cobrados pela SPA ("comissão para fins assistenciais"), para fazer face a estas responsabilidades.

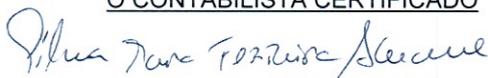
Na opinião da Direcção, baseada num parecer dos seus consultores jurídicos, datado de 6 de Março de 2003, a responsabilidade anual máxima do benefício assistencial atribuído aos cooperadores da SPA e cônjuges sobreviventes está limitada a 10% dos direitos de execução recebidos em cada exercício, sendo que o direito ao referido benefício não poderá ultrapassar o limite de 10% e poderá ser proporcionalmente reduzido se o valor resultante da aplicação desta percentagem for inferior ao montante do subsídio a pagar. Nestas circunstâncias, a Direcção e os seus consultores jurídicos consideram que o valor daquelas responsabilidades anuais está limitado ao montante das comissões anualmente deduzidas e afectas àqueles compromissos, pelo que entendem que os benefícios atribuídos aos cooperadores e cônjuges sobreviventes assumem uma natureza idêntica à de um plano de contribuição definido, não sendo no seu entendimento necessário registar nas demonstrações financeiras quaisquer responsabilidades pelo referido pagamento.

Os estatutos da SPA (artigo 56º) definem a constituição de uma reserva, movimentada no capital próprio para fazer face aos pagamentos destes compromissos. No exercício findo em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 foram pagas pensões aos cooperadores e cônjuges sobreviventes no montante de 2.221.614,94 Euros e 2.189.887,54 Euros, respectivamente, tendo as reservas estatutárias sido utilizadas no mesmo montante (Nota 12).

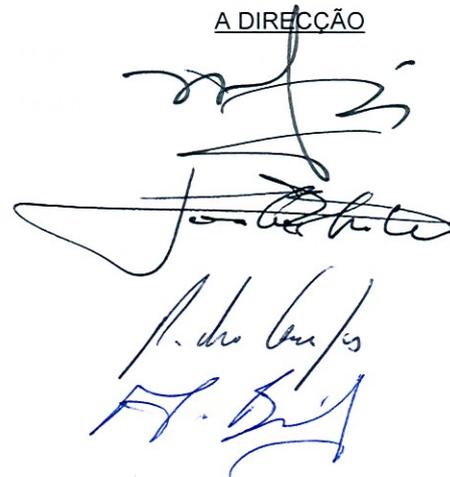
26. GARANTIAS

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a SPA tinha garantias apresentadas a terceiros no montante de 2.494,30 Euros.

O CONTABILISTA CERTIFICADO



A DIRECÇÃO



RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Sociedade Portuguesa de Autores, C.R.L. ("SPA"), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2016 (que evidencia um total de 61.816.131 Euros e um total de capital próprio negativo de 13.415.800 Euros, incluindo um resultado líquido de 506.648 Euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quantos aos possíveis efeitos da matéria referida no primeiro parágrafo e quanto aos efeitos da matéria referida no segundo parágrafo da secção "Bases para a opinião com reservas", as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Sociedade Portuguesa de Autores, C.R.L. em 31 de dezembro de 2016 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião com reservas

Em consequência dos procedimentos e práticas contabilísticas adotados pela SPA em exercícios anteriores, e não obstante as análises desencadeadas pela SPA no ano em apreço, em 31 de dezembro de 2016 subsistem saldos em aberto nas rubricas de "Clientes, conta-corrente" e "Clientes, faturas em conferência" (Nota 9) com antiguidade superior a dois anos nos montantes de, aproximadamente, 5.521.000 Euros e 4.494.000 Euros respetivamente, dos quais alguns se encontram em contencioso e não apresentam movimentos contabilísticos nos últimos exercícios. Face à complexidade e natureza das situações e insuficiência de informação, não nos é possível concluir quanto à razoabilidade e quantificar qual o efeito de eventuais regularizações nas presentes demonstrações financeiras.

Conforme referido nas Notas 3.11 e 25 do anexo, a SPA mantém uma reserva estatutária, no montante de, aproximadamente, 425.500 Euros em 31 de dezembro de 2016 (aproximadamente 325.000 Euros em 31 de dezembro de 2015), fundamentalmente consignada a assegurar aos cooperadores que preenchem determinadas condições e o requeiram à Direção, uma remuneração futura baseada nos valores dos direitos auferidos. De acordo com os normativos contabilísticos em vigor, esta reserva configura objetivamente uma responsabilidade para com os seus cooperadores que deveria ser quantificada por cálculo atuarial e relevada no passivo.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da SPA nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

"Deloitte" refere-se à Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada de responsabilidade limitada do Reino Unido ("DTTL"), ou a uma ou mais entidades da sua rede de firmas membro e respetivas entidades relacionadas. A DTTL e cada uma das firmas membro da sua rede são entidades legais separadas e independentes. A DTTL (também referida como "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Aceda a www.deloitte.com/pt/about para saber mais sobre a nossa rede global de firmas membro.

Tipo: Sociedade Anónima | NIPC e Matrícula: 501776311 | Capital social: € 500.000 Sede: Av. Eng. Duarte Pacheco, 7, 1070-100 Lisboa | Escritório no Porto: Bom Sucesso Trade Center, Praça do Bom Sucesso, 61 - 13º, 4150-146 Porto

Ênfases

Conforme referido na Nota 3.1 do anexo, as demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade. O pressuposto da continuidade implica que a SPA dispõe de recursos adequados para manter as atividades e que o órgão de gestão não tem intenção de cessar as atividades no curto prazo. Não obstante, salienta-se que, sem considerar os efeitos e possíveis efeitos dos assuntos descritos na secção “Bases para a opinião com reservas”, em 31 de dezembro de 2016 o capital próprio da SPA é negativo em 13.415.800 Euros e o ativo corrente é inferior em, aproximadamente, 21.450.800 Euros ao passivo de curto prazo no qual se incluem direitos já cobrados por distribuir e pagar no total de 57.384.811 Euros. Na Nota 3.1 do anexo a Direção da SPA justifica a adoção daquele pressuposto.

Conforme referido na Nota 13 do anexo às demonstrações financeiras, em dezembro de 2016 foi proferida sentença pelo Tribunal da Comarca de Lisboa num processo do foro laboral em que a SPA é ré, condenando-a ao pagamento de, aproximadamente, 1.050.000 Euros, excluindo juros de mora e custas judiciais, bem como à reintegração de um ex-colaborador no seu anterior posto de trabalho. A Direção da SPA, não se conformando com a sentença, interpôs recurso para o Tribunal da Relação de Lisboa em janeiro de 2017, uma vez que, com base na opinião dos seus consultores legais, e não obstante a complexidade do processo em causa, acredita dispor de argumentos legais que sustentam a revogação integral daquela sentença. É convicção da Direção da SPA que nenhuma responsabilidade advirão para a SPA decorrentes deste processo judicial, pelo que não se encontra registada nas demonstrações financeiras uma provisão para lhe fazer face.

A rubrica de “Fornecedores, conta-corrente” (Nota 11) cuja natureza, tendo em conta a atividade operacional da SPA de Gestão do Direito de Autor, se refere a direitos de autor a distribuir, inclui saldos no montante de, aproximadamente, 42.202.000 Euros referentes a direitos de autor que ainda se encontram pendentes de identificação dos respetivos titulares, dos quais aproximadamente 6.087.000 Euros respeitam a exercícios anteriores a 2012 (e que inclui 2.470.000 Euros, que havia sido anulado em 2010). No que se refere ao montante de 6.087.000 Euros, e considerando o disposto no Regulamento Geral de Repartição dos Direitos, que estipula que todos os direitos não distribuídos ao longo dos últimos três anos sejam rateados no ano seguinte, o Conselho de Administração da SPA deliberou, em novembro de 2016, proceder à sua integral distribuição por rateio (ou outra metodologia) durante os exercícios de 2017 e 2018, tendo reexpressado as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015, apresentadas para efeitos comparativos (Nota 5).

Conforme mencionado na Nota 9, a utilização por parte da SIC – Sociedade Independente de Comunicação, S.A. e TVI - Televisão Independente, S.A. de obras literárias e musicais de autores representados pela SPA, referentes aos anos de 2015 e 2016, ainda não se encontra contratualizada, estando a SPA a reconhecer o rédito com estas entidades com base nas condições que vigoraram em 2014. A Direção da SPA, baseada no desenvolvimento das negociações em curso, entende que a formalização daqueles contratos não conduzirá à aceitação de condições inferiores às de 2014.

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.

Outras matérias

As demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015, apresentadas para efeitos comparativos, foram por nós examinadas e a nossa opinião sobre as mesmas, expressa no Relatório de Auditoria datado de 8 de março de 2016, inclui duas reservas relativas aos assuntos referidos na secção "Bases para a opinião com reservas" e três reservas não aplicáveis ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016: (i) uma, por limitação de âmbito, relativa ao valor da biblioteca da SPA registado no balanço pelo montante de 275.000 Euros, o qual se encontrava pendente da conclusão do processo da sua verificação física, registo informático e avaliação, que foi terminado em 2016, apurando um valor total de, aproximadamente, 308.000 Euros (Nota 6); (ii) outra, por limitação de âmbito, relativa ao assunto descrito no terceiro parágrafo da secção "Ênfases"; (iii) uma terceira, por desacordo, relativa à anulação em 2010, por contrapartida de "Resultados transitados" de um passivo para direitos a distribuir no montante aproximado de 2.470.000 Euros, que tinha sido registado em exercícios anteriores (até 2003 inclusive). Em 2016, o Conselho de Administração da SPA deliberou reverter aquele registo e proceder à distribuição integral daquele montante, por rateio (ou outra metodologia), nos exercícios de 2017 e 2018.

Responsabilidades do órgão de gestão

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da SPA de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da SPA de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da SPA;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da SPA para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a SPA descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

Lisboa, 10 de março de 2017



Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por João Luís Falua Costa da Silva, ROC

SPA - Sociedade Portuguesa de Autores, crl
 Av. Duque de Loulé, 31 - 1069-153 Lisboa
 C.A.E.: 90030 - N.I.F. 500 257 841

Mat. 00028 de 1982.04.13 em Lisboa - Cap.: EUR 12.336,50

ACTA Nº 167

No dia 13 de Março de 2017, pelas 15h, numa sala da sede na Av. Duque de Loulé, reuniu o Conselho Fiscal da Sociedade Portuguesa de Autores, em sessão ordinária, com a seguinte ORDEM DE TRABALHOS: -----

Análise do Relatório e Contas de 2016 -----

Estiveram presentes os membros efectivos – Pedro Abrunhosa, que presidiu, Leonor Xavier e João Costa da Silva em representação da Deloitte & Associados, SROC – e o membro suplente Catarina Amaro. -----

O Conselho analisou o Relatório e Contas que lhe foi presente pela Direcção e o respectivo relatório de auditoria da Deloitte, tendo verificado que: -----

- As cobranças aumentaram, apesar do contexto económico e social adverso.-----
- A cooperativa apresenta um resultado operacional positivo de 364.934,71 Euros e um resultado líquido positivo de 506.647,97 Euros o que reflecte o esforço da gestão e da recuperação financeira. -----
- Recomenda-se que seja incrementada a diversificação das disponibilidades financeiras existentes. -----
- Acompanhará os reflexos contabilísticos do processo judicial que opõe um ex trabalhador à SPA. -----
- Verifica-se a recuperação da credibilidade e a crescente transparência e dos processos de gestão, patente nos resultados ora apresentados e no prestígio nacional e internacional da cooperativa. -----

O Conselho Fiscal aprovou então, por unanimidade, o seguinte -----

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL -----

Aos Sócios da Sociedade Portuguesa de Autores C.R.L. -----

Avenida Duque de Loulé, 31 -----

1069-153 LISBOA -----

Nos termos da alínea c) do Artº 48 dos Estatutos da Sociedade Portuguesa de Autores ("SPA"), e em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi

SPA - Sociedade Portuguesa de Autores, crl
Av. Duque de Loulé, 31 - 1069-153 Lisboa
C.A.E.: 90030 - N.I.F. 500 257 841

Mat. 00028 de 1982.04.13 em Lisboa - Cap.: EUR 12.336,50

confiado, vimos submeter à Vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a actividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas da Sociedade Portuguesa de Autores C.R.L. ("SPA" ou "Sociedade"), relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2016, os quais são da responsabilidade da Direcção. -----

Acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que consideramos adequada, a evolução da actividade da SPA, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor tendo recebido da Direcção e dos diversos serviços as informações e os esclarecimentos solicitados. -----

No âmbito das nossas funções, examinámos o balanço em 31 de Dezembro de 2016, as demonstrações dos resultados por naturezas, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data e o correspondente anexo. Adicionalmente, procedemos a uma análise do Relatório da Direcção e da proposta nele incluída. -----

Apreciámos igualmente o Relatório de Auditoria sobre as Demonstrações Financeiras de 2016 apresentado pela Deloitte e Associados, SROC S.A., datado de 13 de Março de 2016, no qual fazemos fé. -----

Foi o Conselho Fiscal informado e nisso confia e insiste, que estão a ser cumpridas todas as exigências legais no que confere a pagamentos ao Estado e demais Instituições, bem como, nos contratos efectuados pela Sociedade. -----

Face ao exposto, o Conselho Fiscal entende que após serem devidamente ponderados os temas referenciados no Relatório de Auditoria em anexo, as demonstrações financeiras supra referidas e o Relatório de Direcção, bem como a proposta nele expressa, estão de acordo com as disposições contabilísticas e estatutárias aplicáveis, pelo que poderão ser aprovados em Assembleia Geral de Sócios. -----

E não havendo mais nada a tratar, deu-se por encerrada a reunião que vai ser assinada por todos os membros do Conselho Fiscal presentes. -----